Processo n.º 995/2019

Data do acórdão: 2020-7-16

(Autos em recurso penal)

Assuntos:

- investigação policial sobre o carácter verídico do casamento
- combinação entre o casal sobre versão fáctica
- erro notório na apreciação da prova
- regras da experiência da vida humana

S U M Á R I O

1. As regras da experiência da vida humana ditam que qualquer casal verdadeiro, e não *só no papel*, não precisa de combinar versão fáctica, para enfrentar a investigação policial acerca do carácter verídico do casamento, sobre a causa de não organização do banquete de casamento aquando do registo de casamento, nem sobre a causa do registo do casamento tão cedo, nem tão-pouco sobre a data do início de conhecimento recíproco.

2. É que: a organização, ou não, do banquete é um assunto sério para quaisquer noivos, pelo que a causa da não organização do banquete não pode ser esquecível por eles; a data de início do conhecimento recíproco do casal também é matéria inesquecível para o próprio casal; e a causa do

registo de casamento tão cedo também é matéria séria e inesquecível, dada a importância do acto de registo de casamento para a vida do casal. Ademais, atenta a consabida inegável relevância do acto de celebração do casamento para a vida de qualquer casal verdadeiro, não deixa de contrariar as regras da experiência da vida humana a circunstância de não existirem fotografias do casamento.

3. Havendo, seja como for, erro notório na apreciação da prova como vício aludido na alínea c) do n.º 2 do art.º 400.º do Código de Processo Penal, há que reenviar o processo para novo julgamento.

O relator,

Chan Kuong Seng

Processo n.º 995/2019

(Autos de recurso penal)

Recorrente:

Ministério Público

Recorridos:

1.º arguido A

2.ª arguida B

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

I – RELATÓRIO

Inconformado com o acórdão proferido a fls. 190 a 194v do Processo Comum Colectivo n.º CR3-18-0235-PCC do 3.º Juízo Criminal do

Tribunal Judicial de Base (TJB), absolutório do 1.º arguido A e da 2.ª arguida B da acusada prática, em co-autoria material, na forma consumada, de um crime de falsificação de documento, p. e p. pelo art.º 18.º, n.º 2, da Lei n.º 6/2004, por meio previsto no art.º 244.º, n.º 1, alínea b), do Código Penal, veio o Digno Delegado do Procurador recorrer para este Tribunal de Segunda Instância (TSI), imputando à decisão recorrida os vícios de insuficiência para a decisão da matéria de facto provada e de erro notório na apreciação da prova, aludidos nas alíneas a) e c) do n.º 2 do Código de Processo Penal (CPP), para pedir a condenação directa dos dois arguidos no crime acusado, ou o reenvio do processo para novo julgamento (cfr. em detalhes, a motivação do recurso apresentada a fls. 201 a 208 dos presentes autos correspondentes).

Ao recurso, respondeu o 1.º arguido (a fls. 210 a 213 dos presentes autos), defendendo a improcedência do recurso.

Subidos os autos, emitiu a Digna Procuradora-Adjunta, em sede de vista, parecer (a fls. 222 a 223v dos autos), pugnando pelo reenvio do processo para novo julgamento, por verificação dos dois vícios apontados na motivação do recurso.

Feito o exame preliminar e corridos os vistos, cumpre decidir.

II – FUNDAMENTAÇÃO FÁCTICA

Do exame dos autos, sabe-se o seguinte:

1. A acusação pública contra os dois arguidos constava de fls. 116 a 118 dos autos, cujo teor integral se dá por aqui reproduzido.

2. O acórdão ora recorrido ficou proferido a fls. 190 a 194v dos autos, cujo teor (incluindo a sua fundamentação fáctica e probatória) se dá por aqui integralmente reproduzido.

3. Do confronto da factualidade acusada (num total de 15 factos acusados) no dito libelo com a factualidade julgada no acórdão recorrido, vê-se que:

– o Tribunal recorrido deu por provados os factos acusados 1, 3 e 6, e parcialmente provado o facto acusado 5, ao mesmo tempo que deu especificadamente por não provados os factos acusados 2, 4, 12 e três factos acusados seguintes;

– e ao teor das comunicações entre os dois arguidos através de mensagens trocadas entre si em *Wechat* em 13 de Março de 2017, detalhadamente referido e transcrito nos factos acusados 7 a 11, o Tribunal recorrido afirmou, na fundamentação fáctica do seu acórdão absolutório, que não ficou provado que em 13 de Março de 2017 os dois arguidos forjaram versão fáctica, através de *Wechat*, para enfrentarem a investigação policial no dia seguinte;

– e sobre a situação de movimentação fronteiriça dos dois arguidos no período do Primeiro de Janeiro de 2010 a 10 de Abril de 2017, como tal descrita na primeira parte do teor do facto acusado 12,

o Tribunal recorrido não deu isto por provado, porque entendeu que esta parte do teor da acusação ser prova ou análise da prova.

III – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

De antemão, cumpre notar que com exceção da matéria de conhecimento oficioso, ao tribunal de recurso cumpre resolver só as questões material e concretamente alegadas na motivação do recurso e ao mesmo tempo devidamente delimitadas nas conclusões da mesma, e já não responder a toda e qualquer razão aduzida pela parte recorrente para sustentar a procedência das suas questões colocadas (nesse sentido, cfr., de entre muitos outros, os acórdãos do TSI, de 7 de Dezembro de 2000 no Processo n.º 130/2000, de 3 de Maio de 2001 no Processo n.º 18/2001, e de 17 de Maio de 2001 no Processo n.º 63/2001).

Nesse enquadramento, apreciando.

O Digno Delegado do Procurador ora recorrente imputou à decisão absolutória penal da Primeira Instância os vícios referidos nas alíneas a) e c) do n.º 2 do art.º 400.º do CPP.

Desde já, a respeito do assacado vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto provada:

Da leitura da fundamentação fáctica do acórdão recorrido, sabe-se que o Tribunal recorrido não referiu concretamente, na indicação da matéria de facto julgada por provada, o teor das mensagens trocadas entre os dois arguidos em *Wechat* (então referido e transcrito nos factos acusados 7 a 11).

Ora, o teor das mensagens trocadas em *Wechat* em causa, como tal transcrito na factualidade acusada no libelo então deduzido pelo Ministério Público contra os dois arguidos, não é logicamente incompatível com o sentido e alcance dos quatro factos descritos no acórdão recorrido como dados por provados (alusivos à relação de camaradagem e boa amizade entre a mãe do arguido e a mãe da arguida, à causa de conhecimento recíproco entre os dois arguidos, à data e ao local do registo de casamento entre os arguidos, aos anos de cursos escolares dos dois arguidos à data do registo do casamento, ao entendimento das Autoridades competentes de Segurança Pública do Interior da China de ser duvidosa a relação matrimonial dos dois arguidos, e ao contacto ao 1.º arguido feito em 13 de Março de 2017 pelo pessoal do Corpo de Polícia de Segurança Pública para pedir a deslocação conjunta dos dois arguidos ao Departamento de Informações dessa Corporação para auxiliarem na investigação), pelo que a fórmula genérica empregue pelo Tribunal recorrido no intróito da indicação da matéria de facto não provada (segundo a qual “Os outros factos da acusação não conformes com os factos provados acima referidos não ficaram provados, nomeadamente

[...]”) deve ser considerada como não abrangente daquele teor das mensagens trocadas entre os dois arguidos em *Wechat*.

Sobre o teor dessas mensagens, o Tribunal recorrido afirmou que não ficou provado que em 13 de Março de 2017 os dois arguidos forjaram versão fáctica, através de *Wechat*, para enfrentarem a investigação policial no dia seguinte. Mas, esta afirmação não passa de ser uma conclusão tirada pelo mesmo Tribunal recorrido (cfr. o teor da linha 11 da página 8 do texto do acórdão recorrido a fl. 193v, em sintonia com o qual o Tribunal recorrido afirmou aí que “não há prova suficiente a demonstrar que o conteúdo de *Wechat* dos dois arguidos é versão fáctica forjada”), pelo que o mesmo Tribunal, antes de tirar essa conclusão, deveria emitir concretamente pronúncia sobre os factos acusados 7 a 11, no sentido de julgar provado, ou de julgar não provado, que os dois arguidos tenham trocado mensagens em *Wechat* no dia 13 de Março de 2017, e de julgar provado, ou não, o teor das mensagens entre ambos, transcritas nos factos acusados 7 a 11.

Por outro lado, também o mesmo Tribunal, antes de concluir por se tratar de “prova ou análise da prova”, deveria emitir concretamente pronúncia, na fundamentação fáctica do seu acórdão, sobre a primeira parte do facto acusado 12, já que a acusada situação de movimentação fronteiriça dos dois arguidos como tal aí descrita, com base nos dados de movimentação fronteiriça, não deixou de ter carácter factual, e não meramente conclusivo, e isto independentemente da veracidade ou não da própria acusada situação de movimentação fronteiriça.

Do acima exposto, decorre a evidência de que a decisão absolutória penal ora recorrida padece do vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto provada, por ter omitido pronúncia material quanto aos factos acusados 7 a 11 e à primeira parte do facto acusado 12.

E agora do também assacado vício de erro notório na apreciação da prova, referido na alínea c) do n.º 2 do art.º 400.º do CPP:

Sempre se diz que há erro notório na apreciação da prova quando for patente que a decisão probatória do tribunal violou inclusivamente as *leges artis* (neste sentido, e de entre muitos outros, cfr. o douto Acórdão do Venerando Tribunal de Última Instância, de 22 de Novembro de 2000, do Processo n.º 17/2000).

Na verdade, o princípio da livre apreciação da prova não significa que a entidade julgadora da prova possa fazer uma apreciação *totalmente* livre da prova. Pelo contrário, há que apreciar a prova sempre segundo as regras da experiência, e com observância das *leges artis*, ainda que (com incidência sobre o caso concreto em questão) não existam quaisquer normas legais a determinar previamente o valor das provas em consideração.

Ou seja, a *livre* apreciação da prova não equivale à apreciação *arbitrária* da prova, mas sim à apreciação *prudente* da prova (em todo o terreno não previamente ocupado por tais normas atinentes à prova legal) com respeito sempre das regras da experiência da vida humana e das *leges artis* vigentes neste campo de tarefas jurisdicionais.

E no concernente à temática da prova livre, é de relembrar os seguintes preciosos ensinamentos veiculados no **MANUAL DE PROCESSO CIVIL** (2.^a Edição, Revista e Actualizada, Coimbra Editora, 1985, páginas 470 a 472), de autoria de **ANTUNES VARELA, J. MIGUEL BEZERRA** e **SAMPAIO E NORA**:

– <<As provas são apreciadas *livremente*, sem nenhuma escala de hierarquização, de acordo com a convicção que geram realmente no espírito do julgador acerca da existência do facto.

[...]

Há, todavia, algumas excepções ao princípio da *livre apreciação da prova*, que constituem como que justificados resíduos do sistema da *prova legal*.

[...]

Mas convém desde já conhecer os diferentes *graus de convicção* do julgador criados pelos meios de prova e precisar o seu alcance prático.

Quando qualquer meio de prova, não dotado de força probatória *especial* atribuída por lei, crie no espírito do julgador a convicção da existência de um facto, diz-se que foi feita *prova bastante* – ou que há *prova suficiente* – desse facto.

Se, porém, a esse meio de prova um outro sobrevier que crie no espírito do julgador a dúvida sobre a existência do facto, a *prova deste facto desapareceu*, como que se *desfez*. Nesse sentido se afirma que a *prova bastante* cede perante simples *contraprova*, ou seja, em face do

elemento probatório que, sem convencer o julgador do facto oposto (da inexistência do facto), cria no seu espírito a *dúvida séria* sobre a existência do facto.

Assim, se a parte onerada com a prova de um facto conseguir, através de testemunhas, de peritos ou de qualquer outro meio de prova, persuadir o julgador da *existência* do facto, ela preencheu o *ónus* que sobre si recaía. Porém, se a parte contrária (ou o próprio tribunal) trazer ao processo qualquer outro elemento probatório de sinal oposto, que deixe o juiz na dúvida sobre a existência do facto, dir-se-á que ele fez *contraprova*; e mais se não exigirá para *destruir a prova bastante* realizada pelo onerado, para *neutralizá-la* [...]>>.

No caso dos autos:

Mesmo com a abstracção da existência, acima analisada, do vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto provada, o resultado do julgamento da matéria de facto feito pelo Tribunal recorrido não deixaria de ser patentemente desrazoável, por seguintes razões:

- aos olhos do homem médio colocado na situação concreta dos autos, o teor das mensagens trocadas entre os dois arguidos e como tal descrito nos factos acusados 7 a 11 demonstra nitidamente que os dois arguidos estavam a combinar versão fáctica sobre a causa de não organização do banquete de casamento aquando do registo do casamento (cfr. as mensagens transcritas no facto acusado 9), e também sobre a causa de terem registado o casamento entre si tão cedo (cfr. as mensagens transcritas no facto acusado 10), e ainda

também sobre a data do início do conhecimento recíproco entre si (cfr. as mensagens transcritas no segundo parágrafo do facto acusado 9 e e no facto acusado 10). É que as regras da experiência da vida humana ditam que qualquer casal verdadeiro, e não *só no papel*, não precisa de combinar versão fáctica sobre a causa de não organização do banquete de casamento aquando do registo de casamento, nem sobre a causa do registo do casamento tão cedo, nem tão-pouco sobre a data do início de conhecimento recíproco. A verdade das coisas não precisa de ser combinada: a organização, ou não, do banquete é um assunto sério para quaisquer noivos, pelo que a causa da não organização do banquete não pode ser esquecível por eles; a data de início do conhecimento recíproco do casal também é matéria inesquecível para o próprio casal; e a causa do registo de casamento tão cedo também é matéria séria e inesquecível, dada a importância do acto de registo de casamento para a vida do casal; ademais, atenta a consabida inegável relevância do acto de celebração do casamento para a vida de qualquer casal verdadeiro, não deixa de contrariar as regras da experiência da vida humana a circunstância, referida no teor das mensagens transcritas no facto acusado 8, de não existirem fotografias do casamento dos dois arguidos;

- daí que é manifestamente desrazoável o facto de o Tribunal recorrido ter dado por não provado que em 13 de Março de 2017 os dois arguidos forjaram versão fáctica, através de *Wechat*, para

enfrentarem a investigação policial no dia seguinte; e esse entendimento do Tribunal recorrido arrastou a razoabilidade do resultado do julgamento dos factos acusados 2, 4, 12 (segunda parte), 13, 14 e do último facto acusado.

Do acima expendido, há que reenviar, nos termos do art.º 418.º, n.ºs 1 e 3, do CPP, por constatação efectiva dos dois vícios de julgamento da matéria de facto apontados na motivação do recurso do Ministério Público, o processo para novo julgamento no TJB, por um novo Tribunal Colectivo, a quem caberá julgar os factos acusados 2, 4 e 7 a 14 e o último facto acusado, e depois decidir da causa penal em questão, em função do resultado do novo julgamento desses factos acusados e de acordo com os quatro factos já descritos como concretamente provados no acórdão ora recorrido.

IV – DECISÃO

Dest'arte, acordam em julgar provido o recurso do Ministério Público, reenviando o processo para novo julgamento no Tribunal Judicial de Base por um novo Tribunal Colectivo, a quem caberá julgar os factos acusados 2, 4 e 7 a 14 e o último facto acusado, e depois decidir da causa penal em questão, em função do resultado desse novo julgamento e de acordo com os quatro factos já descritos como provados no acórdão ora recorrido.

Custas do recurso pelo 1.º arguido, com quatro UC de taxa de justiça (por ter ele defendido a improcedência do recurso).

Comunique o presente acórdão (com cópia também do acórdão recorrido) ao Corpo de Polícia de Segurança Pública e à Direcção dos Serviços de Identificação de Macau.

Macau, 16 de Julho de 2020.

Chan Kuong Seng
(Relator)

Tam Hio Wa
(Primeira Juíza-Adjunta)

Choi Mou Pan
(Segundo Juiz-Adjunto)